



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS

Concurso Público para provimento de cargo de
Procurador

Caderno de Prova, Cargo E05, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2008

DIREITO CONSTITUCIONAL	
<p>1. A norma constitucional que determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das contribuições estabelecidas pela própria Constituição é uma decorrência do princípio constitucional da</p> <p>(A) universalidade da cobertura e do atendimento.</p> <p>(B) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.</p> <p>(C) irredutibilidade do valor dos benefícios.</p> <p>(D) diversidade da base de financiamento.</p> <p>(E) uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbanas e rurais.</p>	<p>5. A respeito da ação declaratória de constitucionalidade, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Um dos pressupostos para o cabimento da ação é a comprovação da controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição que se pretende levar a julgamento.</p> <p>II. Não é admissível a desistência da ação já proposta.</p> <p>III. A intervenção de terceiros é admitida no processo.</p> <p>IV. É vedada a designação de perito para que emita parecer sobre a questão levada a juízo.</p> <p>V. A decisão que declara a constitucionalidade do ato normativo é irrecurável, ressalvada a interposição de embargos declaratórios.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) III e V.</p> <p>(D) I, II e V.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>
<p>2. A Constituição da República veda que matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada seja objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa. Considerando a classificação doutrinária das limitações ao poder constituinte reformador, esta vedação constitucional caracteriza-se como limitação de ordem</p> <p>(A) material.</p> <p>(B) formal.</p> <p>(C) circunstancial.</p> <p>(D) implícita.</p> <p>(E) relativa.</p>	<p>6. A intervenção federal nos Estados-membros depende de prévio provimento do Supremo Tribunal Federal à representação proposta pelo Procurador-Geral da República na hipótese de</p> <p>(A) violação aos princípios constitucionais sensíveis.</p> <p>(B) violação à integridade nacional.</p> <p>(C) invasão estrangeira.</p> <p>(D) invasão de uma unidade federativa em outra.</p> <p>(E) suspensão do pagamento de dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.</p>
<p>3. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade perante aquele Tribunal norma</p> <p>(A) constitucional federal fruto do Poder Constituinte originário, caso viole as limitações materiais ao poder reformador.</p> <p>(B) municipal que viole a Constituição da República.</p> <p>(C) municipal que viole a Constituição do respectivo Estado-membro.</p> <p>(D) federal editada anteriormente à Constituição da República vigente quando da propositura da ação direta.</p> <p>(E) editada pelo Distrito Federal, quando decorrente do exercício de competência estadual.</p>	<p>7. Dentre as competências concorrentes entre União, Estados-membros e Municípios encontra-se a de legislar sobre</p> <p>(A) desapropriação.</p> <p>(B) serviço postal.</p> <p>(C) direito tributário e financeiro.</p> <p>(D) trânsito e transporte.</p> <p>(E) registros públicos.</p>
<p>4. Incluem-se entre os bens dos Estados-membros</p> <p>(A) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva a eles correspondentes.</p> <p>(B) os potenciais de energia hidráulica situados em seus territórios.</p> <p>(C) todas as ilhas fluviais e lacustres presentes em seus territórios, ainda que situadas nas zonas limítrofes com outros países.</p> <p>(D) os recursos minerais encontrados em seus territórios.</p> <p>(E) as terras devolutas não pertencentes à União situadas em seus territórios.</p>	<p>8. Projeto de lei versando sobre alíquota de tributo federal é de iniciativa</p> <p>(A) privativa do Presidente da República.</p> <p>(B) privativa de membro da Câmara dos Deputados.</p> <p>(C) privativa de membro do Senado Federal.</p> <p>(D) privativa da mesa do Congresso Nacional.</p> <p>(E) comum a qualquer membro do Congresso Nacional, ao Presidente da República e aos cidadãos, neste último caso observados os requisitos constitucionais.</p>

<p>9. Tratando-se de projeto de lei de iniciativa do Presidente da República sobre aumento de remuneração dos servidores públicos da administração direta da União,</p> <p>(A) é dispensável o seu encaminhamento para sanção ou veto presidencial.</p> <p>(B) sua discussão e votação terão início no Senado Federal.</p> <p>(C) sua discussão e votação terão início no Congresso Nacional, reunidas as duas Casas legislativas.</p> <p>(D) é vedada proposta de emenda parlamentar que importe aumento de despesa.</p> <p>(E) é vedada qualquer proposta de emenda parlamentar, ainda que não importe aumento de despesa.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>13. Determinado Município realizou procedimento licitatório para contratação de empresa prestadora de serviço de coleta de lixo. Após a celebração do contrato, verificando o Município que a vencedora do certame também desempenhava serviços na área de limpeza de logradouros, aditou o contrato firmado para incluir esta atividade. Pode-se concluir, à luz da Lei nº 8.666/93, que o ato é</p> <p>(A) legal porque a empresa vencedora do certame continha em seu objeto social a realização da atividade incluída, podendo desempenhá-la, inclusive, em melhores condições de preço.</p> <p>(B) ilegal porque consistiu em alteração do objeto do contrato, para o que seria exigido novo certame.</p> <p>(C) legal porque o aditamento firmado não excederá, durante toda a execução do contrato, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) previsto na lei de licitações como limite para reajuste do preço.</p> <p>(D) ilegal porque excedeu o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) previsto na lei de licitações como limite para reajuste do preço, devendo ser reduzido para alcançar este percentual.</p> <p>(E) legal porque consistiu na contratação de empresa com situação regular perante o Poder Público e respeitou o valor de mercado, produzindo sensível economia aos cofres públicos ao dispensar novo procedimento licitatório.</p>
<p>10. Considerando os limites à auto-organização dos Estados-membros, as Constituições estaduais podem</p> <p>(A) reduzir o rol das garantias da magistratura estadual previstas na Constituição da República.</p> <p>(B) determinar que os Tribunais de Contas Estaduais sejam compostos por mais de sete Conselheiros.</p> <p>(C) estabelecer a possibilidade de edição de medida provisória estadual.</p> <p>(D) vedar a iniciativa legislativa aos Tribunais de Justiça.</p> <p>(E) reduzir o rol de direitos sociais previstos na Constituição da República.</p>	
<p>11. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão do <i>exequatur</i> às cartas rogatórias.</p> <p>(B) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.</p> <p>(C) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.</p> <p>(D) quaisquer causas envolvendo os Governadores dos Estados.</p> <p>(E) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.</p>	<p>14. O Estado de Alagoas é titular do domínio de um terreno vizinho a um grande shopping center. Os sócios da empresa que dirige o empreendimento pretendem ampliar suas atividades no local, razão pela qual apresentaram ao Chefe do Executivo Estadual proposta de aquisição do próprio estadual por valor superior ao valor de mercado, apurado em laudo pericial por eles encomendado para esta finalidade. A situação descrita</p> <p>(A) permite ao administrador efetivar a venda direta aos interessados, tendo em vista que o valor oferecido é o mesmo que seria obtido em regular procedimento licitatório.</p> <p>(B) permite ao administrador efetivar a venda direta aos interessados, formalizando, após, regular procedimento de declaração de inexigibilidade de licitação.</p> <p>(C) exige a realização de licitação para alienação onerosa do bem, devendo os interessados concorrerem com outros licitantes pela apresentação da melhor proposta.</p> <p>(D) exige a realização de licitação para alienação onerosa do bem, mas permite seja utilizado, como referência, a fim de garantir o preço oferecido, o valor apurado no laudo pericial apresentado pelos então interessados.</p> <p>(E) permite ao administrador efetivar a venda direta aos interessados, desde que seja realizado laudo de avaliação pelo órgão público oficial capacitado para tanto na Administração Direta.</p>
<p>12. De acordo com a Constituição do Estado de Alagoas, compete ao Tribunal de Contas do Estado</p> <p>(A) aplicar aos responsáveis, no caso de comprovada ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras, multa proporcional ao dano causado ao erário.</p> <p>(B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das entidades da administração direta, mas não da indireta e fundacional.</p> <p>(C) fiscalizar a aplicação de recursos repassados pelo Estado a Município, exceto se o repasse decorrer de convênio firmado entre ambos.</p> <p>(D) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta e nas fundações públicas estaduais, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.</p> <p>(E) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, remetendo, dentro do prazo de noventa dias, a contar de seu recebimento, o parecer prévio à Assembléia Legislativa, sob pena de crime de responsabilidade do Presidente do Tribunal.</p>	<p>15. O usucapião especial urbano previsto na Constituição federal</p> <p>(A) aplica-se aos bens públicos sem destinação, podendo o direito ser exercido individual ou coletivamente.</p> <p>(B) aplica-se aos bens públicos dominicais ocupados privativamente por particulares não autorizados a tanto, devendo ser pleiteado individualmente.</p> <p>(C) não se aplica aos bens públicos em geral, embora esta conclusão não retire a característica de prescritibilidade dos bens públicos dominicais.</p> <p>(D) não se aplica aos bens públicos, caracterizando sua imprescritibilidade.</p> <p>(E) aplica-se, dada a excepcionalidade da norma, aos bens públicos em que seja possível identificar o ocupante irregular.</p>

<p>16. O poder regulamentar atribuído pela Constituição Federal ao Chefe do Poder Executivo</p> <p>(A) aplica-se para regular qualquer matéria em relação a qual o Poder Legislativo não tenha legislado.</p> <p>(B) define a atividade do Poder Legislativo quando se exercer sobre matéria originariamente atribuída ao Poder Executivo, em termos de iniciativa legislativa.</p> <p>(C) retira fundamento diretamente da Constituição federal, prescindindo, portanto, de legislação ordinária que lhe seja preexistente.</p> <p>(D) limita-se à atividade de viabilizar a aplicação de lei ordinária.</p> <p>(E) compreende a edição de atos normativos com conteúdo material de lei, mas de hierarquia infralegal.</p>	<p>19. Em relação à concessão, permissão e autorização de uso de bem público, é correto afirmar:</p> <p>(A) Concessão constitui ato administrativo precário, de natureza contratual, vez que veicula acordo de vontades entre administração pública e particular.</p> <p>(B) Permissão constitui ato administrativo precário, de natureza contratual, vez que veicula acordo de vontades entre administração pública e particular.</p> <p>(C) Autorização constitui ato administrativo unilateral e discricionário, concedido em favor do particular a título precário.</p> <p>(D) Permissão constitui ato administrativo vinculado, que deve ser concedido em favor do particular por prazo determinado.</p> <p>(E) Concessão constitui ato administrativo unilateral e vinculado, concedido em favor do particular a título precário.</p>
<p>17. A respeito da responsabilidade do Estado e sua evolução na legislação pátria, pode-se afirmar que o ordenamento jurídico brasileiro</p> <p>(A) evoluiu da teoria da responsabilidade subjetiva para a objetiva, incluindo, atualmente, a possibilidade de responsabilização do Estado pela prática de atos lícitos e por danos morais.</p> <p>(B) adota a teoria da responsabilidade objetiva, mas a Constituição federal de 1988 continua a exigir a demonstração da culpa do agente para a responsabilização do Estado por danos morais.</p> <p>(C) sempre adotou a teoria da responsabilidade objetiva, que foi sensivelmente ampliada com a promulgação da Constituição federal de 1988, quando se passou a admitir a responsabilização por danos morais.</p> <p>(D) passou, com a Constituição federal de 1988, a adotar a teoria da responsabilidade objetiva para as hipóteses de erro judiciário, exigindo a demonstração da culpa do agente pela prática de atos lícitos.</p> <p>(E) passou a adotar, com a Constituição federal de 1988, a teoria da responsabilidade objetiva do Estado.</p>	<p>20. O regime jurídico administrativo possui peculiaridades, dentre as quais podem ser destacados alguns princípios fundamentais que o tipificam. Em relação a estes, pode-se afirmar que o princípio da</p> <p>(A) supremacia do interesse público informa as atividades da administração pública, tendo evoluído para somente ser aplicado aos atos discricionários.</p> <p>(B) supremacia do interesse público informa as atividades da administração pública e pode ser aplicado para excepcionar o princípio da legalidade estrita, a fim de melhor representar a tutela do interesse comum.</p> <p>(C) legalidade estrita significa que a administração pública deve observar o conteúdo das normas impostas exclusivamente por meio de leis formais.</p> <p>(D) indisponibilidade do interesse público destina-se a restringir a edição de atos discricionários, que só podem ser realizados com expressa autorização legislativa.</p> <p>(E) indisponibilidade do interesse público destina-se a restringir a atuação da administração pública, que deve agir nas hipóteses e limites constitucionais e legais.</p>
<p>18. Dizer que determinado ato administrativo é discricionário equivale a afirmar que se</p> <p>(A) trata de ato praticado conforme juízo de oportunidade e conveniência do administrador, inadmitindo controle de legalidade pelo Poder Judiciário.</p> <p>(B) trata de ato praticado em decorrência de escolha de oportunidade e conveniência do administrador diante de duas ou mais soluções possíveis dentro do contexto de legalidade.</p> <p>(C) trata de ato praticado em decorrência de determinação legal, não havendo possibilidade de escolha por parte do administrador, o que possibilita o controle judicial em relação a todos os aspectos.</p> <p>(D) está diante de opção do administrador de praticar ou não o ato, o que autoriza, como garantia ao administrado, controle de mérito da opção pelo Poder Judiciário.</p> <p>(E) está diante de ato praticado conforme juízo de oportunidade e conveniência do administrador diante das opções expressamente previstas em lei, o que, portanto, possibilita controle de legalidade pelo Poder Judiciário.</p>	<p>21. Determinado órgão da administração pública estadual licitou, contratou e executou a construção de uma unidade prisional em um terreno situado no interior do Estado. Após o início das atividades, descobriu-se que o domínio terreno pertencia a um particular, ao qual caberá exigir</p> <p>(A) a demolição da construção e a reintegração na posse.</p> <p>(B) indenização, alegando ter havido desapropriação indireta.</p> <p>(C) indenização, requerendo a desapropriação direta do bem.</p> <p>(D) a indenização pelo valor do terreno e a demolição da construção.</p> <p>(E) a imediata interrupção das atividades desempenhadas no local até a indenização pelo valor do terreno.</p> <p>22. Para a configuração de ato de improbidade é necessário, dentre outros requisitos, que tenha</p> <p>(A) sido praticado por pessoa física ou jurídica, desde que integrante da Administração Direta ou Indireta.</p> <p>(B) havido obtenção de vantagem pecuniária indevida.</p> <p>(C) sido praticado por agente público, prescindindo da obtenção de vantagem pecuniária indevida.</p> <p>(D) sido praticado por agente público e que tenha havido, necessariamente, vantagem pecuniária indevida.</p> <p>(E) gerado prejuízo concreto ao erário, ainda que praticado exclusivamente por particular.</p>

<p>23. Organizações sociais, à luz da legislação federal, é qualificação atribuível a</p> <p>(A) pessoa jurídica de direito privado criada especificamente com esta finalidade, para a qual não podem ser transferidos recursos públicos.</p> <p>(B) associação civil sem fins lucrativos ou fundação, formalizando-se o vínculo com o Poder Público por meio da celebração de contrato de gestão.</p> <p>(C) sociedades de economia mista, em razão de sua natureza jurídica de direito privado.</p> <p>(D) sociedades de economia mista ou empresas públicas, formalizando-se o vínculo com Poder Público por meio da celebração de contrato de gestão.</p> <p>(E) modalidade societária especificamente criada para a prestação de serviço público, formalizando-se o vínculo com o Poder Público por meio da celebração de contrato de gestão.</p>	<p>27. A respeito da dívida pública, a Constituição federal dispõe:</p> <p>I. Compete privativamente ao Congresso Nacional dispor sobre limites e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>II. É da competência exclusiva do Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.</p> <p>III. Compete privativamente ao Congresso Nacional autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse dos entes da federação.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>24. Em relação às limitações constitucionais à remuneração dos servidores, tem-se que o estabelecimento de teto remuneratório</p> <p>(A) é analisado conjuntamente entre cargos acumulados por um mesmo servidor em diferentes esferas da federação.</p> <p>(B) só alcançou os ocupantes de cargos que ingressaram nos quadros públicos após a edição da norma instituidora da limitação.</p> <p>(C) é analisado isoladamente entre cargos acumulados por um mesmo servidor na mesma esfera, desde que esta acumulação seja constitucionalmente permitida.</p> <p>(D) atingiu os servidores que já ocupavam cargos à época da edição da norma instituidora da limitação.</p> <p>(E) não alcança vantagens pessoais, somente verbas indenizatórias.</p>	<p>28. Sobre as vedações constitucionais em matéria orçamentária, é correto afirmar:</p> <p>(A) É vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, mesmo através de lei.</p> <p>(B) É vedada a concessão ou utilização de créditos limitados.</p> <p>(C) É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>(D) A abertura dos créditos suplementares e especiais somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.</p> <p>(E) É vedado o início de programa ou projetos incluídos na lei orçamentária anual.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO FINANCEIRO</p> <p>25. Analise as afirmações abaixo que se referem à despesa pública.</p> <p>I. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o administrado obrigação de pagamento.</p> <p>II. A lei não poderá dispensar a emissão da nota de empenho.</p> <p>III. É vedado o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p>29. Quando a lei estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, está instituindo</p> <p>(A) a lei orçamentária anual.</p> <p>(B) as diretrizes orçamentárias.</p> <p>(C) o orçamento da seguridade social.</p> <p>(D) o orçamento das empresas estatais.</p> <p>(E) o plano plurianual.</p>
<p>26. Trata-se de receita derivada e de receita originária, respectivamente,</p> <p>(A) o imposto e a taxa.</p> <p>(B) a contribuição social e a contribuição de melhoria.</p> <p>(C) a tarifa e o preço público.</p> <p>(D) o tributo e a tarifa.</p> <p>(E) o preço público e o tributo.</p>	<p>30. Segundo a Lei nº 4.320/64, as dotações para a manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis classificam-se como</p> <p>(A) despesas de custeio.</p> <p>(B) despesas correntes.</p> <p>(C) transferências correntes.</p> <p>(D) subvenções.</p> <p>(E) receitas correntes.</p>

31. A respeito do processamento da despesa pública, a Lei nº 4.320/64 dispõe:

- I. Poderá o Município, no último mês do mandato do prefeito, assumir compromissos financeiros para execução depois do término do seu mandato, nos casos de calamidade pública.
- II. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- III. O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

32. Ao se referir às operações de crédito, a Lei complementar nº 101/2000 faz referência a várias vedações, destacando-se a seguinte:

- (A) O Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir da data da publicação da referida Lei complementar.
- (B) Os Estados e Municípios estão impedidos de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.
- (C) A instituição financeira estatal controlada por ente da Federação não pode adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes.
- (D) É vedada autorização orçamentária para assunção de obrigação com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços.
- (E) É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

33. Se outro prazo não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais, os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo geral de

- (A) trinta dias do recebimento e no prazo de cento e vinte dias para os municípios que não sejam capitais e que tenham menos de cem mil habitantes.
- (B) sessenta dias do recebimento e no prazo de cento e oitenta dias para os municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes.
- (C) noventa dias do recebimento e no prazo de cento e oitenta dias para os municípios que não sejam capitais e que tenham menos de cento e cinquenta mil habitantes.
- (D) cento e vinte dias do recebimento e no prazo de sessenta dias para os municípios que não sejam capitais e que tenham menos de cento e vinte mil habitantes.
- (E) cento e oitenta dias do recebimento e no prazo de noventa dias para os municípios que não sejam capitais e que tenham menos de cinquenta mil habitantes.

34. A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite no final de um

- (A) semestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 10% no primeiro.
- (B) trimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 15% no primeiro.
- (C) quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
- (D) bimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 35% no primeiro.
- (E) ano, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 15% no primeiro.

DIREITO PENAL

35. Quanto às contravenções penais, é possível afirmar que

- (A) admitem a tentativa.
- (B) geram reincidência, se praticadas após condenação definitiva por crime.
- (C) a pena de multa, se não paga, deve ser convertida em prisão simples.
- (D) a ignorância da lei nunca isenta de pena.
- (E) a pena pode ser cumprida, inicialmente, em regime fechado.

36. A relação de causalidade

- (A) não fica excluída pela superveniência de causa relativamente independente.
- (B) não está regulada, em nosso sistema, pela teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- (C) é normativa nos crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão.
- (D) é dispensável nos crimes materiais.
- (E) é imprescindível nos crimes formais.

37. O critério utilizado pela jurisprudência para fixar o *quantum* de redução da pena pela tentativa considera, basicamente,

- (A) a incidência de circunstâncias atenuantes ou agravantes.
- (B) a culpabilidade do agente.
- (C) o grau de culpa do agente.
- (D) a relevância do bem jurídico protegido.
- (E) a maior ou menor proximidade da consumação.

38. São elementos do crime culposo a

- (A) não observância do dever de cuidado e a previsibilidade do resultado.
- (B) possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a imputabilidade.
- (C) previsibilidade do resultado e a exigibilidade de conduta diversa.
- (D) imputabilidade e a não observância do dever de cuidado.
- (E) exigibilidade de conduta diversa e a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato.

<p>39. O erro sobre a ilicitude do fato</p> <p>(A) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.</p> <p>(B) reflete na culpabilidade, sempre isentando de pena.</p> <p>(C) exclui o dolo e a culpa.</p> <p>(D) reflete na culpabilidade, de modo a excluí-la ou atenuá-la.</p> <p>(E) extingue a punibilidade.</p>	<p>44. Constituem atos de improbidade</p> <p>(A) os praticados contra entidade para cuja criação o erário concorra com menos de 50 % (cinquenta por cento) do patrimônio.</p> <p>(B) apenas os praticados por agente público servidor.</p> <p>(C) os praticados contra a administração fundacional dos Poderes da União e dos Estados, excluídos os Municípios.</p> <p>(D) os praticados contra o patrimônio de entidade que receba incentivo fiscal de órgão público.</p> <p>(E) apenas os praticados contra a administração direta dos Poderes Executivos da União, dos Estados e dos Municípios.</p>
<p>40. A coação moral irresistível e a obediência hierárquica são causas de exclusão da</p> <p>(A) culpabilidade.</p> <p>(B) antijuridicidade.</p> <p>(C) ilicitude.</p> <p>(D) tipicidade.</p> <p>(E) punibilidade.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL PENAL</p> <p>45. Da decisão que indefere o ingresso do Estado como assistente do Ministério Público em processo criminal,</p> <p>(A) não cabe recurso, mas se admite mandado de segurança.</p> <p>(B) não cabe recurso, mas se admite <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(C) cabe apelação.</p> <p>(D) cabe recurso em sentido estrito.</p> <p>(E) cabe agravo de instrumento.</p>
<p>41. A conduta do funcionário público que, em razão da função exercida, solicita vantagem indevida para si, sem, contudo, chegar a recebê-la, caracteriza, em tese,</p> <p>(A) tentativa de concussão.</p> <p>(B) corrupção passiva consumada.</p> <p>(C) concussão consumada.</p> <p>(D) tentativa de corrupção passiva.</p> <p>(E) corrupção ativa consumada.</p>	<p>46. O Código de Processo Penal prevê rito especial para o processo e o julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Esse rito especial</p> <p>(A) impede que o acusado possa ser preso antes de recebida a denúncia, ainda que o crime seja inafiançável.</p> <p>(B) permite ao acusado se defender antes de ser recebida a denúncia, se o crime for afiançável.</p> <p>(C) permite ao acusado se defender antes de ser recebida a denúncia, se o crime for inafiançável.</p> <p>(D) permite ao acusado a efetivação de acordo para evitar o recebimento da denúncia, se o crime for afiançável.</p> <p>(E) permite ao acusado a efetivação de acordo para evitar o recebimento da denúncia, se o crime for inafiançável.</p>
<p>42. O particular que, em concurso com funcionário público e em razão da função por este exercida, exige vantagem indevida para ambos pratica o crime de</p> <p>(A) exploração de prestígio.</p> <p>(B) tráfico de influência.</p> <p>(C) corrupção ativa.</p> <p>(D) advocacia administrativa.</p> <p>(E) concussão.</p>	<p>47. Em caso de sentença absolutória, se o fundamento for</p> <p>(A) atipicidade, não poderá ser promovida ação civil para reparação do dano.</p> <p>(B) insuficiência de provas, poderá ser promovida nova ação penal se surgirem novas provas.</p> <p>(C) inimputabilidade do acusado, será aplicada medida de segurança consistente, sempre, em internação.</p> <p>(D) inexistência do crime, poderá ser promovida a ação civil para reparação do dano, mas não poderá ser promovida mais nova ação penal pelo mesmo fato.</p> <p>(E) estado de necessidade, poderá ser promovida ação civil de reparação do dano por terceiro que não criou a situação de perigo.</p>
<p>43. A perda de função pública constitui efeito da condenação quando aplicada pena privativa de liberdade igual ou superior a</p> <p>(A) quatro anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, independentemente de motivação na sentença.</p> <p>(B) quatro anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, desde que a sentença apresente a necessária motivação.</p> <p>(C) um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, desde que a sentença apresente a necessária motivação.</p> <p>(D) um ano, para qualquer crime, desde que a sentença apresente a necessária motivação.</p> <p>(E) um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, independentemente de motivação na sentença.</p>	<p>48. O Código de Processo Penal cuida, em dispositivos separados, da suspeição e do impedimento do magistrado ou membro do tribunal. Baseado nessa distinção, estará impedido de atuar no processo o magistrado ou membro do tribunal</p> <p>(A) que tenha aconselhado qualquer das partes.</p> <p>(B) que seja tutor de uma das partes.</p> <p>(C) cujo sobrinho desempenhe a mesma função no órgão coletivo julgador.</p> <p>(D) que for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.</p> <p>(E) em causa na qual uma das partes for amigo íntimo seu.</p>

<p>49. Sobre ação penal, é correto afirmar:</p> <p>(A) A renúncia da ação penal privada ocorre após o oferecimento da queixa e o perdão antes.</p> <p>(B) No caso de morte do ofendido, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação penal passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou colateral até terceiro grau.</p> <p>(C) Se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, será privilegiada aquela que primeiro comparecer.</p> <p>(D) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal privada.</p> <p>(E) No caso de ação penal privada exclusiva, o Ministério Público pode recorrer se o acusado for absolvido.</p>	<p>53. Em relação às ações penais públicas condicionadas, o Código de Processo Penal prevê a possibilidade de retratação da</p> <p>(A) representação do ofendido até o oferecimento da denúncia.</p> <p>(B) representação do ofendido até o recebimento da denúncia.</p> <p>(C) requisição do Ministro da Justiça até o oferecimento da denúncia.</p> <p>(D) requisição do Ministro da Justiça até o recebimento da denúncia.</p> <p>(E) representação do ofendido e da requisição do Ministro da Justiça até o recebimento da denúncia.</p>
<p>50. Em relação à lei processual penal no tempo, em caso de lei nova, a regra geral consiste na sua aplicação</p> <p>(A) imediata, independentemente da fase em que o processo em andamento se encontre.</p> <p>(B) imediata, somente em relação aos processos que se encontrem na fase instrutória.</p> <p>(C) somente a processos futuros, ainda que por fatos anteriores.</p> <p>(D) somente a processos futuros e sobre fatos posteriores.</p> <p>(E) imediata ou a processos futuros conforme decisão fundamentada do juiz em cada caso.</p>	<p>54. Conforme o Código de Processo Penal, cabe apelação de decisão criminal</p> <p>(A) de absolvição sumária em processos do júri.</p> <p>(B) com força de definitiva.</p> <p>(C) que extingue o processo sem julgamento de mérito por rejeitar a denúncia ou queixa.</p> <p>(D) que declara extinto o processo em virtude de prescrição.</p> <p>(E) que pronuncia ou impronuncia o acusado.</p>
<p>51. Chamado a depor como testemunha, um advogado se recusa, alegando sigilo profissional, pois conheceu o fato da acusação em virtude de ter defendido o réu em outro processo criminal. Contudo, sem estar autorizado, entrega ao juiz cartas recebidas do acusado e relativas àquele processo. O advogado</p> <p>(A) agiu corretamente, pois o processo penal se pauta pela busca da verdade.</p> <p>(B) não agiu corretamente, pois a apresentação das cartas configura interceptação da correspondência, vedada pela Constituição federal.</p> <p>(C) agiu corretamente, pois o advogado é proibido de depor, mas não de fornecer outros meios de prova.</p> <p>(D) não agiu corretamente, pois, a proibição de o advogado depor abrange também o conhecimento de fatos por outros meios de prova.</p> <p>(E) agiu corretamente, pois a garantia do sigilo do advogado é disponível e diz respeito a ele e não a seu cliente.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p> <p>55. O servidor X contava treze (13) anos de serviço público estadual, quando entrou em vigor nova lei, que aboliu adicionais sobre os vencimentos a cada cinco (05) anos de serviço. Neste caso, X</p> <p>(A) manterá sem seu patrimônio o equivalente aos dois (02) adicionais pelos dez (10) anos completos e mais 30% (trinta por cento) do adicional pelo período seguinte de cinco (05) anos que estava em curso.</p> <p>(B) a partir da nova lei, perderá os adicionais que havia conquistado, pois só tem direito adquirido àqueles vencidos, que, eventualmente, estivessem pendentes de pagamento.</p> <p>(C) continuará adquirindo o direito aos adicionais a cada cinco (05) anos de serviço, que se completarem.</p> <p>(D) adquirirá apenas mais um adicional, quando se completar o terceiro período de cinco (05) anos.</p> <p>(E) manterá em seu patrimônio dois (02) adicionais, mas não obterá o terceiro.</p>
<p>52. Alguém, acusado em processo criminal, após recebida a denúncia,</p> <p>(A) poderá, sem advogado, exercer a sua defesa pessoal, em infrações de menor gravidade, ainda que não tenha habilitação.</p> <p>(B) poderá indicar provisoriamente seu advogado no interrogatório, devendo, no prazo de dez dias, ser juntado o mandado.</p> <p>(C) poderá indicar seu advogado no interrogatório, sendo dispensado o instrumento de mandado.</p> <p>(D) não poderá indicar seu advogado no interrogatório, devendo ser o mandado juntado três dias antes de sua oitiva.</p> <p>(E) não poderá, se foragido, constituir advogado, devendo ser defendido por defensor nomeado pelo juiz.</p>	<p>56. As organizações religiosas são classificadas como</p> <p>(A) pessoas jurídicas de direito público interno, se não tiverem ramificações em outros países e de direito público externo, se tiverem ramificações em outros países.</p> <p>(B) entes despersonalizados, embora seus atos constitutivos possam ser registrados em cartório.</p> <p>(C) pessoas jurídicas de direito público externo, sempre que constituídas em outros países, ainda que exercendo atividade no território brasileiro.</p> <p>(D) pessoas jurídicas de direito privado, podendo, entretanto, o poder público negar-lhes reconhecimento ou registro de seus atos constitutivos.</p> <p>(E) pessoas jurídicas de direito privado, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento e registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.</p>

<p>57. NÃO são suscetíveis de aquisição por usucapião:</p> <p>(A) os bens cujo domínio conste do serviço de registro de imóveis como pertencentes às pessoas absolutamente incapazes e os bens das autarquias.</p> <p>(B) os bens dominicais da União, dos Estados e dos Municípios, bem como os gravados com cláusula de impenhorabilidade por disposição testamentária.</p> <p>(C) quaisquer bens móveis e os bens públicos de uso comum do povo.</p> <p>(D) as terras devolutas e os imóveis gravados por testamento com cláusula de inalienabilidade.</p> <p>(E) os imóveis de que o possuidor for titular de propriedade resolúvel e os bens cujo domínio constante do serviço de registro de imóveis pertencer a menor de dezesseis anos ou a um pródigo.</p>	<p>61. Quando a lei proíbe a prática de um negócio jurídico, sem lhe cominar sanção, ele será</p> <p>(A) inexistente.</p> <p>(B) ineficaz.</p> <p>(C) nulo.</p> <p>(D) anulável.</p> <p>(E) válido.</p>
<p>58. A pessoa natural tem domicílio plural</p> <p>(A) quando for itinerante.</p> <p>(B) quanto às relações concorrentes à profissão, quando a exercitar em lugares diferentes.</p> <p>(C) se for absoluta ou relativamente incapaz, e residir em lugar diverso de seu representante ou assistente.</p> <p>(D) se for militar da Marinha ou da Aeronáutica.</p> <p>(E) se for servidor público ou preso que aguarda julgamento.</p>	<p>62. O prazo estabelecido no contrato, para manifestação da vontade, a fim de obstar-lhe a renovação é</p> <p>(A) decadencial e o juiz deve suprir a alegação da parte a quem aproveita.</p> <p>(B) decadencial, mas o juiz não pode suprir a alegação da parte a quem aproveita.</p> <p>(C) prescricional, mas o juiz não pode suprir a alegação da parte a quem aproveita.</p> <p>(D) prescricional, e o juiz deve suprir a alegação da parte a quem aproveita.</p> <p>(E) de simples garantia do interesse da parte, podendo ser qualificado como decadencial, ou prescricional, conforme seja a ação a ser proposta constitutiva ou condenatória.</p>
<p>59. Os negócios jurídicos entre vivos sem prazo</p> <p>(A) equiparam-se aos negócios jurídicos sob condição suspensiva, porque sua eficácia sempre ficará na dependência de evento futuro e incerto.</p> <p>(B) são exigíveis desde logo, e a constituição em mora independe de interpelação judicial ou extrajudicial, exceto se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo.</p> <p>(C) devem ser executados dentro de trinta (30) dias da celebração do ajuste, sob pena de o devedor incidir em mora.</p> <p>(D) são ineficazes, porque o prazo é da essência dos negócios jurídicos, salvo se, expressamente, a obrigação tiver sido assumida para execução imediata.</p> <p>(E) são exigíveis desde logo, exceto se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo, mas a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.</p>	<p>63. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor</p> <p>(A) pedir a resolução do contrato, retroagindo os efeitos da sentença à data da citação, mas a resolução poderá ser evitada oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato.</p> <p>(B) pedir a revisão das cláusulas para assegurar o quanto possível o valor real da prestação, mas não poderá pedir a resolução do contrato.</p> <p>(C) pedir a resolução do contrato, produzindo-se os efeitos da sentença a partir do trânsito em julgado, salvo se concedida pelo juiz antecipação da tutela, mas a resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato.</p> <p>(D) apenas pedir a resolução do contrato, mas não poderá pedir a revisão de cláusulas, ainda que para assegurar o equilíbrio das prestações.</p> <p>(E) pedir remissão da dívida, no que exceder o valor total de seus bens, porque estará caracterizado seu estado de insolvabilidade.</p>
<p>60. Sobre a prescrição, considere:</p> <p>I. as exceções são imprescritíveis;</p> <p>II. a prescrição pode ser, de ofício, reconhecida pelo juiz;</p> <p>III. quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva;</p> <p>IV. suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, sempre aproveita aos demais credores;</p> <p>V. a interrupção da prescrição contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.</p> <p>Estão corretos</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I, II e V.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>	<p>64. Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes</p> <p>(A) se obriga a transferir o domínio de certa coisa e o outro a recebê-lo, mediante o pagamento em dinheiro ou em outros bens.</p> <p>(B) transfere o domínio de certa coisa, e o outro, se obriga a pagar-lhe certo preço em dinheiro.</p> <p>(C) quando se tratar de venda sobre documento, transfere o domínio da coisa mediante a tradição, obrigando-se a entregar os documentos exigidos pelo contrato, ou pelos usos locais, em prazo fixado de comum acordo entre as partes.</p> <p>(D) se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.</p> <p>(E) transfere a propriedade resolúvel de certa coisa, e o outro se obriga a pagar-lhe certo preço em dinheiro, como condição para adquirir o domínio pleno.</p>

65. Na responsabilidade civil, a indenização mede-se pela extensão do dano
- (A) e seu pagamento em nenhuma hipótese depende da comprovação de culpa do agente.
 - (B) e mesmo que a vítima tenha concorrido culposamente para o evento danoso, a fixação da indenização só levará em conta a gravidade da culpa do autor do dano.
 - (C) que sempre é presumido, nas hipóteses de dano exclusivamente moral.
 - (D) e seu pagamento terá lugar mesmo que venha privar o incapaz, autor do dano, do necessário para sua sobrevivência.
 - (E) mas se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.

66. O comerciante será responsável por fato do produto,
- (A) quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.
 - (B) somente se não conservar adequadamente os produtos perecíveis.
 - (C) se, embora identificado o fabricante, este vier a falir ou cair em insolvência, impossibilitando a indenização do consumidor.
 - (D) apenas se o fabricante ou produtor não puder ser identificado.
 - (E) sempre que o consumidor preferir demandá-lo em lugar do fabricante, dada a responsabilidade solidária de ambos, podendo, porém, exercer direito de regresso contra o fabricante.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

67. Analise as seguintes assertivas sobre a competência no processo civil:
- I. A incompetência em razão da matéria é relativa e deve ser suscitada mediante exceção.
 - II. A competência em razão do valor pode ser derogada pelas partes, salvo se também estabelecida por critério funcional.
 - III. A eleição de foro em determinado contrato obriga os herdeiros e sucessores dos contratantes.
 - IV. A incompetência em razão do território é absoluta e deve ser argüida como preliminar na contestação.
 - V. A incompetência em razão da hierarquia pode ser reconhecida de ofício pelo juiz.
- Estão corretas as assertivas
- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e V.
 - (C) II, III, e IV.
 - (D) II, III e V.
 - (E) II, IV e V.

68. O processo será extinto com resolução do mérito quando o
- (A) juiz acolher a alegação de coisa julgada e rejeitar o pedido do autor.
 - (B) réu reconhecer a procedência do pedido e for reconhecida a ilegitimidade de parte.
 - (C) juiz reconhecer a prescrição ou a decadência.
 - (D) autor renunciar ao direito em que se funda a ação e quando se der a perempção.
 - (E) autor desistir da ação e em razão de transação entre as partes.

69. Em uma ação de conhecimento, ao autor é permitido
- (A) alterar o pedido antes da citação do réu, independentemente de seu consentimento.
 - (B) alterar o pedido após o saneamento do processo, desde que concorde o réu.
 - (C) desistir da ação antes da sentença, independentemente do consentimento do réu.
 - (D) indicar outro réu após a citação do indicado inicialmente, em qualquer circunstância.
 - (E) requerer a produção de provas complementares após o encerramento da fase de instrução.

70. Sobre o ônus da impugnação específica, é correto afirmar:
- (A) Não se aplica nas ações de rito sumário.
 - (B) Cabe ao réu manifestar-se sobre todos os fatos narrados na petição inicial sob pena de serem estes considerados verdadeiros.
 - (C) Determina ao réu requerer todas as provas que entender necessárias para contrapor ao pedido do autor.
 - (D) Não se aplica ao Ministério Público e ao réu advogado quando atuar em causa própria.
 - (E) As partes não poderão ultrapassar os limites do pedido quando da produção de provas.

71. A capacidade postulatória é a
- (A) inerente ao representante do Ministério Público quando atuar nos processos, em qualquer circunstância.
 - (B) equivalente à plena capacidade civil.
 - (C) conferida ao representante do absolutamente incapaz.
 - (D) conferida ao juiz para a devida e independente condução do processo, inclusive para determinar a produção de provas.
 - (E) conferida ao advogado devidamente inscrito na OAB para agir em juízo em nome das partes que representar.

72. Em uma execução de título extrajudicial, citado o executado, poderá:
- I. efetuar o pagamento da dívida no prazo de três dias;
 - II. nomear bens à penhora no prazo de vinte e quatro horas;
 - III. oferecer embargos no prazo de quinze dias contados da juntada aos autos do mandado de citação;
 - IV. oferecer embargos no prazo de dez dias contados da juntada aos autos da prova da intimação da penhora realizada;
 - V. solicitar, no prazo para oferecimento de embargos, o pagamento do saldo da dívida em até 06 vezes, corrigidos monetariamente e acrescido de juros de 1% ao mês, desde que deposite judicialmente o equivalente a 30% da dívida, além das custas processuais e honorários advocatícios.

Estão corretas as assertivas

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e V.
- (E) II, IV e V.

73. A produção de provas em audiência segue a seguinte ordem:

- (A) depoimento pessoal do autor e do réu, oitiva de perito e assistente técnico e oitiva de testemunhas do autor e do réu.
- (B) depoimento pessoal do autor e do réu, oitiva de testemunhas do autor e do réu, oitiva de perito e assistentes técnicos.
- (C) oitiva de testemunhas do autor e do réu, depoimento pessoal do autor e do réu, oitiva de perito e assistentes técnicos.
- (D) oitiva de perito e assistentes técnicos, oitiva de testemunhas do autor e do réu e depoimento pessoal do autor e do réu.
- (E) oitiva de perito e assistentes técnicos, depoimento pessoal do autor e do réu, oitiva de testemunhas do autor e do réu.

74. Proposta a reconvenção,

- (A) forma-se um segundo processo cujos autos serão apensados aos autos da ação principal.
- (B) o juiz determinará a citação pessoal do autor para respondê-la.
- (C) será julgada independentemente da ação principal.
- (D) haverá duas ações em um único processo.
- (E) o juiz suspenderá o curso da ação principal para decidir a reconvenção.

Instruções para responder às questões de números 75 a 78.

Cada uma destas questões se refere a um assunto. Assinale, na folha de respostas, a alternativa INCORRETA em relação ao assunto indicado.

75. Mandado de Segurança.

- (A) Trata de ação civil, de cognição sumária, ainda quando impetrado contra ato de juiz criminal.
- (B) Transitada em julgado a sentença denegatória, o mesmo pedido jamais poderá ser novamente formulado.
- (C) O prazo para a impetração do mandado de segurança é de cento e vinte dias a contar da ciência do ato a ser impugnado.
- (D) A autoridade coatora não é o sujeito passivo no mandado de segurança.
- (E) O direito líquido e certo é aquele manifesto em sua existência e que pode ser demonstrado documentalmente.

76. Recursos cíveis.

- (A) Os recursos especial e extraordinário não têm efeito suspensivo.
- (B) O recurso interposto na forma adesiva fica subordinado ao recurso principal e deverá ser interposto no prazo para o oferecimento das contrarrazões ao recurso principal.
- (C) Das decisões interlocutórias proferidas em audiência de instrução e julgamento, o agravo retido deverá ser interposto oral e imediatamente.
- (D) O prazo para interposição dos recursos de apelação, especial e extraordinário é de quinze dias e para oposição de embargos de declaração o prazo é de cinco dias.
- (E) São cabíveis embargos infringentes do acórdão que, por maioria, confirmar sentença definitiva ou terminativa.

77. Recurso de apelação.

- (A) Será sempre recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- (B) O seu prazo para interposição é de quinze dias.
- (C) É cabível contra decisão que indefere liminarmente a petição inicial.
- (D) É admitida sua interposição na forma adesiva.
- (E) Não cabe contra sentença em mandado de segurança.

78. Execução por quantia certa contra devedor solvente.

- (A) O cônjuge, ascendentes e descendentes do executado são concorrentes do exeqüente na adjudicação do bem penhorado.
- (B) É permitido ao arrematante desistir da aquisição com a simples oposição de embargos à arrematação pelo executado.
- (C) A adjudicação do bem penhorado pelo exeqüente prefere à expropriação do bem em hasta pública.
- (D) Em caso de adjudicação pelo exeqüente, é dispensável a cientificação do senhorio direto do bem penhorado.
- (E) O exeqüente tem a prerrogativa de indicar, na petição inicial, bens do executado para serem penhorados.

DIREITO TRIBUTÁRIO

79. Haverá exclusão da responsabilidade tributária por sucessão, de tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à aquisição, na hipótese da aquisição de

- (A) estabelecimento comercial em processo de falência, quando a aquisição é feita por sociedade controlada pelo devedor falido.
- (B) estabelecimento comercial, quando o alienante cessa a exploração de comércio, indústria ou atividade.
- (C) bem imóvel, quando do título de compra e venda consta apresentação de certidão negativa de débitos fiscais.
- (D) bem móvel em leilão extrajudicial realizado por instituições financeiras.
- (E) estabelecimento comercial, quando o alienante prossegue ou inicia a exploração de comércio, indústria ou atividade, no mesmo ou em outro ramo.

<p>80. NÃO é causa de extinção do crédito tributário:</p> <p>(A) remissão total ou parcial do crédito tributário cuja importância seja diminuta.</p> <p>(B) decisão judicial passada em julgado.</p> <p>(C) transação como forma de solução de litígio, quando a lei assim facultar aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária.</p> <p>(D) decisão administrativa irreformável que não mais possa ser objeto de ação anulatória.</p> <p>(E) dação em pagamento de bem móvel, a critério da autoridade administrativa competente.</p>	<p>84. É exceção ao princípio da uniformidade geográfica a</p> <p>(A) vedação da União em instituir tributo uniforme em todo o território nacional.</p> <p>(B) concessão, pela União, de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre diferentes regiões do País.</p> <p>(C) vedação aos Estados e Distrito Federal de instituir isenções de tributos de competência dos Municípios.</p> <p>(D) concessão, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão da procedência.</p> <p>(E) vedação de estabelecer limitação ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.</p>
<p>81. O Chefe do Poder Executivo poderá, através de</p> <p>(A) decreto, dentro dos limites legais, majorar a alíquota da CIDE combustível.</p> <p>(B) medida provisória, instituir empréstimo compulsório das despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.</p> <p>(C) medida provisória, instituir imposto residual, com fato gerador e base de cálculo distintos dos impostos já discriminados na Magna Carta.</p> <p>(D) decreto, dentro dos limites legais, majorar a alíquota do imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro e valores mobiliários.</p> <p>(E) decreto, instituir contribuição social para seguridade social, dentro da competência constitucional residual.</p>	<p>85. O Governo Federal, lançando mão de um pacote tributário em janeiro de 2008, adotou as seguintes medidas:</p> <p>I. majorou a alíquota do imposto de renda por medida provisória de eficácia imediata já para o ano-calendário 2008;</p> <p>II. majorou a alíquota do imposto sobre operações de câmbio, crédito, seguro e valores mobiliários por decreto publicado em 10 de janeiro de 2008, que passará a ser aplicada a partir da publicação;</p> <p>III. encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei complementar para majorar a alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido;</p> <p>IV. majorou a alíquota do IPI sobre cigarro, por decreto, que passará a ser aplicada a partir da publicação;</p> <p>V. concedeu, por medida provisória, isenção de imposto de importação sobre o combustível e, na mesma medida, de ICMS sobre o combustível.</p> <p>Dentre estas medidas, NÃO atendem aos princípios constitucionais tributários</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) I, IV e V.</p>
<p>82. Considera-se ocorrido o fato gerador da obrigação tributária principal, com</p> <p>(A) a prática do negócio jurídico condicional, sendo suspensiva condição.</p> <p>(B) a morte, para fins de imposto de transmissão de bens <i>causa mortis</i>, sendo irrelevante para este fim a data da abertura do inventário ou arrolamento.</p> <p>(C) a ocorrência do negócio jurídico, desde que válido, ou seja, a partir do momento em que esteja definitivamente constituído nos termos da lei.</p> <p>(D) o implemento da condição resolutiva, tratando-se de negócio jurídico condicional.</p> <p>(E) a entrada da mercadoria (sapatos) no estabelecimento comercial do adquirente, quando se trata de ICMS.</p>	<p>86. São tributos de competência da União, EXCETO a contribuição</p> <p>(A) de melhoria.</p> <p>(B) social para a seguridade social.</p> <p>(C) para o custeio do serviço de energia elétrica.</p> <p>(D) de intervenção no domínio econômico.</p> <p>(E) de interesse de categorias profissionais.</p>
<p>83. Quanto ao lançamento, é correto afirmar, EXCETO:</p> <p>(A) O lançamento quando regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em razão de ação anulatória de débito fiscal.</p> <p>(B) Se o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, a conversão em moeda nacional é feita ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.</p> <p>(C) O imposto de transmissão <i>causa mortis</i> terá lançamento por declaração se depender para ser feito, de declaração do sujeito passivo, à autoridade administrativa, sobre matéria de fato indispensável à sua efetivação.</p> <p>(D) Se o sujeito passivo tem o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, o lançamento opera-se pela homologação do pagamento antecipado.</p> <p>(E) O lançamento poderá ser revisto de ofício quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.</p>	

87. As entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei, conforme a Constituição federal,
- (A) possuem isenção de contribuição para a seguridade social e de imposto incidente sobre a renda.
 - (B) são imunes de imposto sobre a circulação de mercadorias e demais impostos incidentes sobre serviços relacionados às finalidades essenciais.
 - (C) devem cumprir obrigação tributária principal relativamente a impostos incidentes sobre patrimônio relacionados com as finalidades essenciais.
 - (D) são imunes de contribuição para seguridade social e imposto incidente sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com as finalidades essenciais.
 - (E) são isentos de imposto sobre a renda, patrimônio e serviços relacionados com as finalidades essenciais.

88. Determinado Estado da federação resolveu instituir alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *causa mortis* e doação. Nessa nova conjuntura, fixou as seguintes faixas de alíquotas: base de cálculo de até cinquenta mil reais terão alíquota de 2%; de cinquenta mil e um reais até trezentos mil reais terão alíquota de 3%; acima de trezentos mil reais terão alíquota de 4%. Atendendo-se ao disposto na Constituição federal e considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre progressividade de impostos é correto afirmar:
- (A) Esta progressividade é extrafiscal e por isso admitida para promover o adequado aproveitamento do solo urbano.
 - (B) Trata-se de progressividade fiscal, não prevista na Constituição federal para o imposto de transmissão dos Estados, sendo, portanto, inconstitucional.
 - (C) É inconstitucional porque a progressividade de alíquotas não é considerada em relação à base de cálculo.
 - (D) Trata-se de progressividade extrafiscal, prevista na Constituição federal para atendimento dos princípios da capacidade contributiva e isonomia.
 - (E) Este tipo de progressividade só é admitida para o imposto de transmissão *inter vivos*, de competência dos Municípios, sendo, portanto, inconstitucional.

CONTROLE EXTERNO

89. As funções de controle desempenhadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas compreendem os atos realizados por administradores públicos da
- (A) Administração Direta e Indireta, não se estendendo às Fundações, que são fiscalizadas diretamente pela Curadoria das Fundações.
 - (B) Administração Direta, Indireta e Fundacional Pública.
 - (C) Administração Direta e Indireta, excluídas apenas as sociedades de economia mista, que têm natureza jurídica de direito privado.
 - (D) Administração Direta e Indireta, excluídas as sociedades de economia mista e empresas públicas, que têm natureza jurídica de direito privado.
 - (E) Administração Direta e Indireta, excluídas as sociedades de economia mista e empresas públicas quando forem capazes de gerar receitas próprias.

90. O Estado de Alagoas celebrou contrato, com regular inexigibilidade de licitação, com determinada empresa sediada no Estado de São Paulo. A execução deste contrato está
- (A) inserida na jurisdição do Tribunal de Contas de Alagoas ainda que tenha sido firmado fora dos limites do território alagoano, uma vez que o contratante sujeita-se àquela fiscalização.
 - (B) excluída da jurisdição do Tribunal de Contas de Alagoas se tiver havido controle prévio para a realização do negócio jurídico.
 - (C) inserida na jurisdição do Tribunal de Contas de Alagoas somente se o contrato tiver sido celebrado dentro dos limites do território alagoano, embora as atividades possam ser realizadas fora deles.
 - (D) excluída da jurisdição do Tribunal de Contas de Alagoas porque firmado fora dos limites do território alagoano e porque houve regular procedimento para declaração de inexigibilidade de licitação.
 - (E) excluída da jurisdição do Tribunal de Contas de Alagoas, devendo o contratante prestar contas ao Tribunal de Contas de São Paulo, em razão de convênio firmado entre as duas Cortes.

91. Os atos praticados pela Administração Pública são passíveis de controle. Como exemplo de instrumentos disponíveis nas modalidades de controle externo ou interno, tem-se que
- (A) a comissão particular de inquérito constitui instrumento de controle interno apenas dos atos praticados na esfera do Poder Legislativo.
 - (B) o pedido de informação oriundo do Poder Judiciário e destinado aos Ministros de Estado constitui modalidade de controle externo dos atos da Administração Pública.
 - (C) a anulação, pelo Senado Federal, de atos normativos editados pelo Executivo constitui modalidade de controle externo dos atos da Administração Pública.
 - (D) a possibilidade do Congresso Nacional sustar atos normativos editados pelo Poder Executivo constitui modalidade de controle externo da Administração Pública.
 - (E) a sustação, pelo Senado Federal, de atos normativos editados pelo Executivo constitui modalidade de controle externo dos atos da Administração Pública.

92. A atuação pelo Tribunal de Contas, em casos concretos,
- (A) depende de autorização do Poder Legislativo, ao qual está subordinado no desempenho das funções de controle e fiscalização da execução financeiro-orçamentária.
 - (B) depende da participação de advogados, devido à sua vinculação administrativa ao Poder Judiciário, cujas regras processuais deve observar.
 - (C) depende de provocação, admitindo-se, no entanto, denúncia de qualquer cidadão.
 - (D) independe de autorização do Poder Legislativo, do qual é auxiliar nas funções de controle e fiscalização da execução financeiro-orçamentária.
 - (E) independe da participação de advogados, pois embora seja vinculado administrativamente ao Judiciário, não está obrigado a observar as regras processuais vigentes neste Poder.

<p>93. O descumprimento de uma decisão proferida pelo Tribunal de Contas Estadual acarreta a possibilidade de</p> <p>(A) expedição de ofício ao Tribunal de Justiça local, para abertura de ação judicial de improbidade administrativa.</p> <p>(B) expedição de ofício ao Ministério Público do Estado para a instauração de inquérito civil com vistas ao ajuizamento de ação de improbidade.</p> <p>(C) aplicação de medidas coercitivas pelo próprio Tribunal de Contas, inclusive com a imposição de multas.</p> <p>(D) representação ao Poder Legislativo solicitando a imposição de medidas coercitivas.</p> <p>(E) aplicação de medidas coercitivas seguidas do ajuizamento de ação judicial para imposição de multas.</p>	<p>97. Consoante a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no processo de prestação de contas, a decisão que as considere irregulares acarreta a obrigação do recolhimento aos cofres públicos, no prazo regimental, da quantia que tiver sido imputada ao responsável, bem como de eventual multa. Referida decisão</p> <p>(A) autoriza o bloqueio dos bens do responsável mediante comunicação às Justiças Federal e Estadual, independentemente de expressa determinação em seu texto.</p> <p>(B) acarreta o confisco e a conseqüente submissão à hasta pública dos bens do responsável.</p> <p>(C) tem eficácia de título executivo, possibilitando cobrança coercitiva do responsável.</p> <p>(D) tem conteúdo de sentença judicial, estando sujeita aos efeitos da coisa julgada material.</p> <p>(E) deve ser submetida à aprovação da Câmara dos Deputados para começar a produzir efeitos.</p>
<p>94. Os processos promovidos pelos Tribunais de Contas têm natureza</p> <p>(A) de processo administrativo, não dispensando, portanto, a observância do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>(B) de processo judicial, pois admitem a imposição e a cobrança coercitiva de multas.</p> <p>(C) de processo administrativo, admitindo mitigação do contraditório e da ampla defesa em razão do subseqüente trâmite de ação judicial.</p> <p>(D) híbrida, administrativa e judicial, exigindo a observância do contraditório e da ampla defesa apenas diante de processos de natureza judicial.</p> <p>(E) de processo disciplinar, porque visam à fiscalização e imposição de penalidade a agente público.</p>	<p>98. A revisão administrativa das decisões do Tribunal de Contas é admitida</p> <p>(A) nas mesmas hipóteses da ação rescisória, seguindo, inclusive, seu rito processual.</p> <p>(B) na hipótese de superveniência de documentos novos que influenciem na prova produzida.</p> <p>(C) somente nas hipóteses de erro material.</p> <p>(D) por meio de requerimento justificado e fundamentado apresentado ao Poder Judiciário.</p> <p>(E) por meio de requerimento justificado e fundamentado apresentado à Câmara dos Deputados.</p>
<p>95. O parecer prévio emitido no processo de julgamento das contas globais do Chefe do Executivo tem</p> <p>(A) característica de definitividade, vinculando decisão final do Poder Legislativo.</p> <p>(B) característica de provisoriedade, vigendo até o final do processo, quando nova peça com caráter de definitividade é emitida pela Corte de Contas.</p> <p>(C) natureza jurídica de ato administrativo e representa manifestação de controle posterior, dado que os atos e fatos sob exame já foram consumados.</p> <p>(D) natureza jurídica de ato administrativo e representa controle prévio dos atos da Administração Pública.</p> <p>(E) natureza jurídica de ato administrativo com característica de definitividade, somente podendo ser revisto pelo Poder Judiciário, em ação própria.</p>	<p>99. A fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas pode ser feita por meio dos seguintes instrumentos previstos em seu Regimento Interno:</p> <p>(A) inspeção e conferência.</p> <p>(B) auditoria e inquérito.</p> <p>(C) inspeção e auditoria.</p> <p>(D) verificação e conferência.</p> <p>(E) verificação e correição.</p>
<p>96. O estabelecimento, pelo Tribunal de Contas, de normas que visem ao detalhamento do procedimento de prestação e tomada de contas constitui</p> <p>(A) usurpação da função legislativa.</p> <p>(B) regular exercício de poder disciplinar.</p> <p>(C) regular exercício de competência concorrente ao Chefe do Executivo.</p> <p>(D) regular exercício de poder normativo.</p> <p>(E) usurpação do poder regulamentar conferido ao Chefe do Executivo.</p>	<p>100. Os atos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado submetem-se a controle</p> <p>(A) somente interno, a fim de não elidir a imparcialidade da Corte, que controla os atos dos demais destinatários das competências daquela Corte.</p> <p>(B) somente interno, por meio de encaminhamento de relatório de atividades à Assembléia Legislativa, ao qual está subordinado, sem prejuízo do controle exercido pela própria Corte.</p> <p>(C) somente externo, por meio de encaminhamento de relatório de atividades à Assembléia Legislativa, trimestralmente.</p> <p>(D) interno, por meio de atuação da própria Corte, e externo, por meio do Poder Judiciário, respeitados os limites normativamente estabelecidos para esta atuação.</p> <p>(E) interno, por meio de atuação da própria Corte, e externo, por meio de encaminhamento de relatório de atividades à Assembléia Legislativa, e da atuação do Poder Judiciário, dentro dos limites normativamente estabelecidos.</p>